

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC RAMON GROSSO DE ALMEIDA

OS CONFLITOS NA LÍBIA EM 2011:
Uma Análise à luz da Teoria do Choque de Civilizações de Samuel Huntington

Rio de Janeiro

2022

CC RAMON GROSSO DE ALMEIDA

OS CONFLITOS NA LÍBIA EM 2011:
Uma Análise à luz da Teoria do Choque de Civilizações de Samuel Huntington

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Leonardo Faria de Mattos

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2022

AGRADECIMENTOS

À Deus por me abençoar e proteger todos os dias.

À minha Esposa Andreza, e aos meus Pais Severino e Rosangela, por todo apoio e amor nesta empreitada.

Ao Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo Faria de Mattos, meu Orientador, pelo cuidado, incentivo e balizamento neste cansativo, porém gratificante desafio.

RESUMO

O propósito desta Dissertação é identificar os pontos comuns entre os eventos geopolíticos ocorridos na Líbia em 2011, e a Teoria do Choque de Civilizações de Samuel P. Huntington. Para atingir o objetivo, o desenho da pesquisa utilizado foi o da “teoria versus realidade”, combinada com uma metodologia descritiva e analítica, apoiada em pesquisa bibliográfica. Foram apresentados, de início, os fatores geográficos, históricos, culturais e políticos da Líbia, com a descrição resumida dos aspectos mais relevantes. A Teoria do Choque de Civilizações de Samuel P. Huntington (1927-2008) foi elucidada a fim de ser comparada com os fatos históricos relacionados com a Primavera Árabe na Líbia em 2011. Seguiu-se o exame da Geopolítica da Líbia, tendo sido trabalhadas suas bases históricas tribais e islâmicas, o perfil de seu Líder Muammar Gaddafi e a relação com o Ocidente e a população, e sua importância geopolítica, principalmente por meio da capacidade petrolífera. Dando continuidade à comparação da Teoria com a realidade dos fatos históricos, foi investigado o contexto geopolítico mundial onde a Líbia estava inserida, pormenorizando-se o papel das mídias sociais, o comportamento e as atitudes do Ocidente, a relevância das ferramentas do Direito Internacional e a Intervenção da OTAN. Finalizando a comparação teórica, foi pesquisado o desfecho da Primavera Árabe na Líbia, tendo sido detalhadas a Guerra Civil, a derrubada de Gaddafi, as heranças políticas e sociais e as disputas econômicas ocorridas após a Guerra pelo petróleo e por outros setores da economia. A consideração final alcançada pelo Trabalho foi a de que o Choque Civilizacional entre o Ocidente e o Islã esteve presente nos eventos relacionados à Primavera Árabe na Líbia, e como resultado foram conhecidos os elementos envolvidos da Teoria Civilizacional de Huntington.

Palavras-chave: Choque de Civilizações. Choque Intercivilizacional. Choque Intracivilizacional. Civilização Ocidental. Civilização Islâmica. Gaddafi. Tribos. Primavera Árabe. Mídias Sociais. Direito Internacional. OTAN. Guerra Civil. Petróleo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da Região da Cirenaica, no Norte da África	53
--	----

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BWC –	<i>Biological Weapons Convention</i> ou Convenção sobre as Armas Químicas e Biológicas
CSNU –	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CWC –	<i>Chemical Weapons Convention</i> ou Convenção sobre Armas Químicas
EUA –	Estados Unidos da América
FMI –	Fundo Monetário Internacional
NED –	<i>National Endowment for Democracy</i> ou Doação Nacional para a Democracia
OTAN –	<i>North Atlantic Treaty Organization</i> ou Organização do Tratado do Atlântico Norte
SFI –	Sistema Financeiro Internacional
SGM –	Segunda Guerra Mundial
TNP –	Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares
WTC –	<i>World Trade Center</i>
ZEA –	Zona de Exclusão Aérea

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	ASPECTOS TEÓRICOS E GEOPOLÍTICA DA LÍBIA	12
2.1	Apresentação da Teoria do Choque de Civilizações de Samuel P. Huntington	12
2.2	A Líbia: estado semitribal e muçulmano.....	20
2.3	Gaddafi: O Líder, e sua relação com a população e o Ocidente	22
2.4	Importância Geopolítica da Líbia.....	27
2.5	Considerações Parciais	28
3	CONTEXTO GEOPOLÍTICO MUNDIAL.....	29
3.1	A influência das mídias sociais na Líbia no escopo da Primavera Árabe	29
3.2	A pressão ocidental e a postura das superpotências.....	31
3.3	O uso do Direito Internacional como ferramenta geopolítica do pós-Guerra Fria ...	35
3.4	Justificativas para a intervenção da OTAN.....	37
3.5	Considerações Parciais	38
4	O DESFECHO DA PRIMAVERA ÁRABE NA LÍBIA	40
4.1	A Guerra Civil	40
4.2	A queda de Muammar Gaddafi	43
4.3	As heranças políticas e sociais.....	43
4.4	As disputas econômicas e a questão do petróleo líbio	47
4.5	Considerações Parciais	48
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
	REFERÊNCIAS.....	52
	ANEXOS	53

1 INTRODUÇÃO

No mundo pós-Guerra Fria, a partir de 1991, os interesses dos atores internacionais têm seguido caminhos que muitas vezes geram instabilidades políticas e econômicas e, como consequência, surgem os problemas sociais, que são um desafio difícil de gerenciar e que, na maioria das vezes, não prejudicam os responsáveis causadores dos conflitos. Os eventos geopolíticos ocorridos após o surgimento da unipolaridade mundial no final do século XX possuem semelhanças que não são coincidências, mas uma sequência coordenada de ações políticas em vários cantos do planeta, com objetivos muitas vezes obscuros, mas entrelaçados entre si.

Influenciar a mídia para divulgar mentiras, incitar levantes revoltosos no seio de sociedades problemáticas, pressões políticas sobre governos com baixa popularidade tirando proveito de seus problemas internos, dentre outras ações, são exemplos do “modus operandi” do sistema internacional para conseguir alcançar metas econômicas ou políticas em diversas regiões do globo.

Nesse contexto, a Líbia de Muammar Gaddafi foi palco de diversas interações, como as citadas acima, em 2011, tendo sido um importante capítulo na sequência de eventos que ocorreram na chamada Primavera Árabe. Soma-se a isso, a intervenção militar feita pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)¹ neste Estado que, mesmo com todas as justificativas de seus defensores, veio amplificar as agitações internas vividas no seio daquela

¹ OTAN: A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), frequentemente referida pela sigla em inglês NATO (*North Atlantic Treaty Organization*), e por vezes também chamada de Aliança Atlântica, é uma aliança militar intergovernamental baseada no Tratado do Atlântico Norte, assinado em 4 de abril de 1949, que constitui um sistema de defesa coletiva através do qual os seus estados-membros concordam com a defesa mútua em resposta a um ataque por qualquer entidade externa à Organização. O artigo 5.º do Tratado do Atlântico Norte requer que os estados-membros auxiliem qualquer membro que esteja sujeito a um ataque armado. Atualmente é composta por 30 estados. Fonte: *Wikipédia*. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_do_Tratado_do_Atl%C3%A2ntico_Norte>. Acesso em: 31 jul. 2022.

Sociedade.

Segundo Luiz Alberto Moniz Bandeira (2014), a África era, à época, responsável pelo fornecimento de grande parte do petróleo para o Ocidente. Em 2010, 20% das importações de petróleo dos Estados Unidos da América (EUA) eram provenientes da África, e seus interesses, bem como das demais potências ocidentais, também consumidoras da produção africana, consideravam a região como fornecedora estratégica dessa commodity. O norte da África e, notadamente a Líbia, concentravam boa parte da produção petrolífera da África. A Líbia, em 2011, era o terceiro maior produtor africano de petróleo, atrás da Nigéria e Angola. Geograficamente bem posicionados, ao sul do Mar Mediterrâneo, os estados do norte da África eram uma fonte barata de petróleo de qualidade, para atendimento das necessidades das economias europeias. Essas importâncias geopolítica e econômica da Líbia e do norte da África permanecem até os dias atuais.

Ainda segundo Bandeira (2014), as raízes históricas dos estados árabes jamais permitiram que fossem criadas democracias como as que se desenvolveram nas Américas e na Europa. Esses povos estariam fadados a não usufruir de melhores condições sociais e econômicas, participação política no governo e, nem mesmo, melhores oportunidades de trabalho, como ocorre no mundo ocidental. Os estados árabes do Oriente Médio e do norte da África, incluindo a Líbia, foram, por anos, colonizados pelas potências europeias seguindo contornos que nunca levavam em consideração a diversidade étnica presente. Estados foram criados por cima das organizações sociais tribais. Fronteiras foram estabelecidas nas areias do deserto, e os líderes nomeados de acordo com os interesses dos colonizadores. O resultado foi uma região composta por diversas tribos, clãs, religiões e etnias, quase todos povos nômades, e esse emaranhado cultural impossibilitou o surgimento de identidades nacionais bem alicerçadas a ponto de superarem as noções familiares, unidades tribais e os clãs

presentes. Como consequência, na Líbia, os conflitos culturais internos sempre se fizeram presentes ao longo de sua história, e assim permanecem até os dias atuais.

Até 1911 a Líbia pertencia ao Império Otomano. Com a Guerra Ítalo-Turca (1911-1912), iniciada e vencida pela Itália para supostamente proteger seus cidadãos residentes naquela região, a potência europeia passou a colonizadora deste estado norte-africano. Através do Tratado de Lausana, em 1912, a Itália teve formalizados seus direitos políticos sobre a Líbia, recebidos dos otomanos². O domínio italiano sobre a Líbia perdurou até o término da Segunda Guerra Mundial (SGM - 1939-1945). Sob a influência italiana, a Líbia apresentou melhoras em seu patamar de desenvolvimento, resultado de uma maior presença de colonos. Houve melhoras principalmente na infraestrutura, tais como saneamento básico e acesso à água potável, e construção de estradas.

Com o término da SGM, o Reino Unido e a França passaram a administrar a Líbia através de governos militares, situação alterada com sua independência, que foi declarada em 1951 pelo Rei Emir Idris, com o apoio da Assembleia Geral das Nações Unidas. Em 1953, a Líbia entrou para a Liga Árabe. A partir de então, o alinhamento político e econômico líbio com o Ocidente se tornou cada vez mais forte, inclusive com a instalação de bases militares do Reino Unido e dos EUA em seu território. Em 1957, o petróleo foi descoberto na Líbia, e em 1961, a sua exploração foi iniciada. Sentindo-se fortalecida pela sua grande reserva petrolífera, a Líbia expulsou os EUA e o Reino Unido de seu território. Como consequência, vieram desentendimentos políticos com esses estados e o Egito.

De acordo com Bandeira (2014), com a subida ao poder de Gaddafi em 1970, após

² Tratado de Lausana: Assinado em 18 de outubro de 1912, foi um tratado de paz entre o Reino da Itália e o Império Otomano após a vitória da Itália na Guerra Ítalo-Turca, pelo qual os turcos cederam a Tripolitânia e a Cirenaica para a Itália. Fonte: *Wikipédia*. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Lausanne_\(1912\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Lausanne_(1912))>. Acesso em: 31 jul. 2022.

um golpe de estado, a Líbia se fechou mais ainda para o mundo. O novo Líder promoveu nacionalizações de empresas e do petróleo, e efetivou a Líbia num regime socialista e muçulmano. Promoveu melhorias internas, mas as sanções econômicas ocidentais foram duras desde então. Somando-se a piora das relações externas líbias com o Ocidente, várias foram as revoltas internas insatisfeitas com o governo ditatorial, havendo inclusive tentativas de golpe para derrubar o governo, e de assassinato de Gaddafi. Apesar de tentativas eventuais de aproximação com as potências ocidentais e de melhorias nas condições socioeconômicas internas, aquele foi o cenário político reinante por muitos anos até a ocorrência da Primavera Árabe em 2011, e a queda do longevo ditador líbio.

Sendo assim, o propósito desta dissertação é identificar os pontos comuns entre os eventos geopolíticos ocorridos na Líbia em 2011, e a Teoria do Choque de Civilizações de Samuel P. Huntington.

A importância do tema está em se determinar o quão relevante é a Teoria do Choque de Civilizações, e a capacidade que ela possui em explicar a possível causa geradora de conflitos internacionais, com base nas experiências observadas na Líbia. O desenho da pesquisa a ser utilizado será “teoria versus realidade”, combinada com uma metodologia descritiva e analítica, apoiada em pesquisa bibliográfica.

A relevância do tema está no fato da Líbia ter grande capacidade petrolífera, combinado com seu posicionamento geográfico estratégico no norte da África. Após onze anos da Primavera Árabe, o Estado pouco evoluiu. Com a invasão russa à Ucrânia, a Líbia poderia, caso tivesse maior estabilidade política, ser hoje uma ótima alternativa como fornecedora de petróleo e gás para a Europa no lugar da Rússia.

No segundo capítulo, serão abordados os aspectos das teorias do choque de civilizações e a geopolítica da Líbia, apresentando e relacionando as características culturais e

históricas, bem como detalhes do Líder Muammar Gaddafi e suas relações, com a teoria em questão.

No terceiro capítulo, será analisado o contexto geopolítico mundial no qual a Líbia esteve inserida, estudando-se as influências e pressões recebidas, e o comportamento do sistema internacional frente à postura deste Estado norte-africano.

No quarto capítulo, serão elencados os pontos que influenciaram a Primavera Árabe na Líbia, percorrendo os eventos que se sucederam, tais como a Guerra Civil, a queda do Ditador Gaddafi, os conflitos internos e as disputas pelo petróleo líbio.

No último capítulo, a conclusão fará um desfecho de todos os pontos analisados nos tópicos anteriores, concluindo se a Teoria do Choque de Civilizações realmente se aplica aos eventos ocorridos na Líbia, que culminaram com uma mudança drástica de rumo histórico.

2 ASPECTOS TEÓRICOS E GEOPOLÍTICA DA LÍBIA

Neste capítulo serão desenvolvidos os pontos principais da Teoria do Choque de Civilizações de Samuel P. Huntington, para que, ao longo desta dissertação, eles sejam associados aos eventos geopolíticos ocorridos na Líbia no âmbito da Primavera Árabe. Para isso, analisar-se-á também a geopolítica líbia, com foco em sua história, cultura e liderança política.

Sendo assim, a estruturação do capítulo será composta por uma apresentação das Teorias do Choque de Civilizações de Samuel P. Huntington, seguida pela descrição da Líbia como estado semitribal e muçulmano. Após, seguir-se-á uma apresentação do Líder Muammar Gaddafi e sua relação com a população e o Ocidente, e a importância geopolítica da Líbia. Por fim, o capítulo será encerrado com uma consideração parcial.

2.1 Apresentação da Teoria do Choque de Civilizações de Samuel P. Huntington

A identidade cultural individual das pessoas e a assinatura cultural das sociedades, segundo Huntington (1997), são os aspectos mais relevantes para os indivíduos no mundo pós-Guerra Fria. Logo no início da obra, já é apresentada a importância que os povos, atualmente, dão para as suas raízes, acima de bandeiras ou nacionalismos. Cada vez mais, grupos religiosos e culturais buscam se organizar e apoiar-se uns nos outros, segundo suas crenças e costumes, passando por cima de limitações políticas ou econômicas. São estes os alicerces que moldam a formação das civilizações.

Huntington (1997) desdobra sua Teoria apresentando as bases da formação e do choque de civilizações, que se apoiam em cinco proposições: primeiramente, não existe uma civilização universal como alguns teóricos chegaram a sugerir em alguns momentos da história

recente, apesar da modernização social e econômica presente no mundo, resultante da globalização. Sendo assim, a política global é multicivilizacional e multipolar.

Um segundo ponto é que a Civilização Islâmica, da qual a Líbia faz parte, tem crescido bastante numericamente e, em paralelo, a Asiática, notadamente a Chinesa, tem aumentado sobremaneira seu poder político, militar e econômico. Como consequência do primeiro fato, há desestabilidade nos estados islâmicos e seus vizinhos. Já o segundo fator traz para mais perto dos asiáticos o protagonismo mundial das civilizações, reposicionando o equilíbrio de poder entre as diversas culturas, como resultado também da diminuição de influência da Civilização Ocidental, incapaz de manter sua capacidade de liderar e orientar outros povos.

Um terceiro tópico é que as civilizações ditarão os rumos da nova ordem mundial. Os povos se juntam de acordo com suas semelhanças culturais e, a partir daí, cooperam entre si. Formam assim estados com base em tradições e costumes, que se organizam em torno de um líder de sua civilização, conhecido como estado-núcleo.

Como quarto ponto, existe uma maior probabilidade de choque entre as Civilizações Ocidental e Islâmica, e entre àquela e a Chinesa, isto porque o Ocidente apresenta a característica peculiar de querer se tornar a Civilização Universal, disseminadora e influenciadora de uma cultura e costumes superiores para o resto do mundo. O tradicionalismo presente nas Civilizações Chinesa e Islâmica choca-se com o pragmatismo e arrogância da Civilização Ocidental, e o resultado é o conflito iminente e, às vezes, inevitável. Além disso, no seio de cada civilização, também existe a possibilidade de choques entre povos de mesma cultura, o que deve ser equacionado pelo Estado-núcleo. Isso é mais comum na Civilização Islâmica, na qual a Líbia se integra.

A quinta proposição trata da necessidade de se evitar conflitos mundiais entre

civilizações, com a consciência das lideranças mundiais de que a política global é multicivilizacional e não universal centrada na Cultura Ocidental. Isso depende de o Ocidente compreender que sua civilização não é universal, e sim particular e que, para a afirmação de sua identidade, a união entre os ocidentais é necessária, junto à confirmação da liderança norte-americana. A sobrevivência do Ocidente diante das interações com as civilizações não ocidentais depende dessa postura.

Complementando essas ideias, os povos no pós-Guerra Fria se diferenciam pelas suas heranças culturais, e não pelas características econômicas, políticas ou ideológicas de suas sociedades. O que mais importa para as pessoas são sua história, costumes, idiomas e religião. Dessa forma, as uniões de estados mais importantes são as civilizacionais, e não mais os blocos da Guerra Fria. Nas palavras de Huntington (1997),

Nesse mundo novo, a política local é a política da etnia e a política mundial é a política das civilizações. A rivalidade das superpotências é substituída pelo choque das civilizações (HUNTINGTON, 1997, p. 21).

Ainda nesse diapasão, a civilização que se destaca como a mais poderosa, e que se manterá assim por muito tempo, é a Ocidental, que disputará com outras civilizações emergentes e sedentas por protagonismo, a hegemonia mundial. Dentre as culturas que procuram se opor ao domínio ocidental estão a Confuciana, principalmente, e a Islâmica, esta última que será pormenorizada neste trabalho por meio da Líbia, visando analisar o choque que houve entre este Estado Árabe e o Ocidente na Primavera Árabe.

De acordo com Huntington (1997), dentre todos os aspectos objetivos que compõem as civilizações, a religião é, na maioria das vezes, a principal e que mais influencia os povos, em detrimento do idioma e da etnia. Ao longo da história, as grandes religiões do mundo determinaram a identidade das civilizações que existiram, e até mesmo povos de culturas, etnias e línguas semelhantes entraram em conflito em nome de suas diferentes

religiões. Entretanto, várias unidades políticas podem compor uma mesma civilização. A Líbia é uma unidade política dentro da Civilização Islâmica que possui também outros estados, bem como os Estados Unidos da América ou a França são estados que integram a Civilização Ocidental.

Ainda segundo Huntington (1997), dentre as civilizações contemporâneas mais importantes existentes, serão consideradas neste trabalho a Ocidental e a Islâmica, pois foram as que entraram em conflito na Líbia. A Ocidental, que de forma geral é identificada pelo Cristianismo, tem suas particularidades devido à sua grande dimensão. Divisões entre católicos e protestantes, América do Norte modernista e democrática e Europa absolutista e imperialista, Ocidente do hemisfério norte desenvolvido e Ocidente do hemisfério sul e América Central subdesenvolvidos (latino-americanos, incluindo mistura cultural com indígenas), fazem parte da construção histórica desta grande Civilização. Geograficamente ela ainda está presente na Oceania, onde tem representantes como Austrália e Nova Zelândia. O Líder desta Civilização, que é a dominante atualmente, são os Estados Unidos da América.

Huntington (1997) complementa que a Civilização Islâmica tem seu alicerce na religião do Islã, incluindo diversas culturas como a Turca, Árabe, Malaia e Persa. Geograficamente está presente em parte da Europa, norte da África, e centro e sudeste asiáticos. Não há liderança clara para os islâmicos, embora tal papel pareça mais adequado à Turquia, devido à história do Império Turco-Otomano.

Conforme Huntington (1997), nos últimos 500 anos, o crescimento e a manutenção do domínio ocidental sobre os outros povos se deram principalmente pelo uso da força. Após 1990, a Civilização Ocidental continuou a influenciar outros grupos sociais, entretanto os acontecimentos destas outras culturas passaram a influenciar cada vez mais as reações ocidentais, e consequentemente dirigir os acontecimentos históricos.

A Civilização Ocidental, por um lado, após não mais guerrear entre si, se aproximou de uma civilização universal, por outro, civilizações como a Islâmica se opõem à cruzada ocidental de querer influenciar e decidir os rumos do resto do mundo utilizando-se de uma convicção ideológica que beira a prepotência.

Ainda de acordo com Huntington (1997), nas relações internacionais, um sistema multicivilizacional é o que está vigente, com interações intercivilizacionais, entre as diferentes civilizações, e intracivilizacionais, dentro de uma mesma civilização. Uma sociedade internacional e, conseqüentemente uma civilização universal, só são possíveis quando existem valores e interesses comuns no seio dos estados, sob normas e instituições comuns, isto é, as civilizações são comuns quando as culturas são comuns. Esses fatos corroboram para impedir a existência de uma civilização universal absoluta.

Huntington (1997) complementa que Civilização Universal é um conceito imposto pela Civilização Ocidental para colocar o seu domínio cultural sobre os outros povos, e tentar fazer com que eles copiem as instituições e práticas ocidentais, valendo-se da ideologia do Universalismo, meio teórico usado como argumento para confrontar as outras civilizações não-ocidentais. No fim, essas colocações são referenciais, onde o que o Ocidente vê como universal, os demais veem como ocidental ou até mesmo imperialismo de potências, e as outras civilizações acabam por se sentir ameaçadas.

Ainda de acordo com Huntington (1997), a Civilização Ocidental tentará sempre manter sua posição de protagonista no cenário mundial, e apresentará suas intenções e necessidades como sendo interesses da comunidade mundial, e ainda legitimar suas ações, mesmo que estas não sejam as mais nobres. Após o ressurgimento islâmico recente, os Estados Unidos da América têm tido o costume de planejar golpes de estado para derrubar regimes contrários aos seus interesses.

Huntington (1997) afirma que o domínio do poder ocidental sobre as outras civilizações têm como uma das ferramentas mais importantes a utilização das comunicações globais em prol de seus interesses. Entretanto, tais ingerências geram reações. Lideranças políticas ganham popularidade ao se colocarem como salvadores de suas civilizações contra a hegemonia ocidental e seu imperialismo cultural. Como forma de salvar suas identidades eles rechaçam as investidas ocidentais, e tentam manter a integridade e sobrevivência de suas culturas autóctones. Sendo assim, o Ocidente tem causado, repetidamente, hostilidade e ressentimentos das culturas não-ocidentais, quando se valem de suas poderosas capacidades de comunicações globais.

Ainda conforme Huntington (1997), os conflitos civilizacionais entre o Ocidente e o Islã se estendem à disputa de narrativas do mundo contemporâneo. Os governos muçulmanos pró-Ocidente relutam em condenar atos de terrorismo contra estados ocidentais. Em contrapartida, as ações dos estados ocidentais, principalmente Estados Unidos da América, França e Reino Unido, contra adversários muçulmanos, encontram, muitas vezes, apoio dos demais atores ocidentais e da opinião pública mundial como um todo.

Huntington (1997) acrescenta que, no caso dos estados islâmicos, à reação ao domínio ocidental se deve, em partes, aos seus posicionamentos constantemente contrários aos diversos aspectos da modernização, pois esta vem acompanhada de uma chancela que afirma que a ocidentalização é um pré-requisito para a modernidade. Questões econômicas são fontes de desacordo, tais como a participação da mulher no mercado de trabalho, prática do jejum, legislação sobre heranças e cobrança de juros. Os temas relativos aos direitos humanos também são motivo de discordância entre as duas civilizações, principalmente quando o estado islâmico é uma ditadura. O Ocidente tem conseguido cada vez mais a hostilidade da Civilização Islâmica, e é cada vez menor a vontade dos muçulmanos de se

sujeitarem aos anseios ocidentais.

Huntington (1997) complementa que outro fenômeno a considerar no choque de civilizações é a Indigenização, que é o ressurgimento das culturas não-ocidentais, incluindo a Islâmica. No caso do reaparecimento do Islã, e a consequente reislamização, um efeito comum tem sido movimentos antiocidentais e nativistas no seio dos estados islâmicos, com governos pró-ocidente correndo o risco de serem depostos por revoluções e golpes, ou dispensados por meio de eleições democráticas. O processo de Indigenização se deve, principalmente, ao ressurgimento da Religião Islâmica, e o renascimento político, social e cultural das suas sociedades, por conta do crescimento populacional e da mobilização social. Esses últimos movimentos estimulam, como efeitos colaterais, a migração, terrorismo, fundamentalismo e subversão. O antiocidentalismo presente, ao ser esmiuçado, é uma demonstração de que o que os muçulmanos rejeitam é a cultura promíscua, relativizada e secular dos ocidentais. A Civilização Islâmica não rejeita a modernidade tecnológica, ela apenas não quer se ocidentalizar, e isto está cada vez mais generalizado. Essa impopularidade da cultura ocidental perante os estados islâmicos é devida ao excessivo liberalismo do Ocidente se comparado à origem inóspita das sociedades islâmicas.

Huntington (1997) afirma que a modernização imposta à Civilização Islâmica pelo Ocidente gerou, como consequência, o ressurgimento islâmico, que veio como meio de contraponto à ocidentalização. Dentro desse movimento, líderes políticos de estados muçulmanos reforçaram o caráter islâmico de suas sociedades e instituições nos anos 1970 e 1980, devido ao descobrimento de enormes reservas de petróleo no Oriente Médio e Norte da África. O ressurgimento foi então intensificado, e os estados muçulmanos foram fortalecidos política e economicamente, o que fez com que muitos se afastassem do Ocidente e deixassem de a ele se subordinar. A prioridade passou a ser a disseminação e reforço da

cultura islâmica, em detrimento da ocidental. Em alguns estados golpes aconteceram e governos substituídos, até mesmo por ditaduras antiocidentais.

Huntington (1997) também apresenta outro fator de muita importância que intensificou os conflitos da Civilização Islâmica com a Ocidental, que foi o exagerado crescimento populacional daquela. A falta de crescimento econômico combinada com o elevado aumento populacional tem promovido a migração de muçulmanos provenientes dos estados islâmicos para os ocidentais. Esse grande número de jovens, insatisfeitos e sem emprego, tornaram-se novos disseminadores das ideias do Islamismo.

Ainda segundo Huntington (1997), também existe choque entre civilizações quando ocorrem desentendimentos quanto ao poder relativo, e ao controle de riquezas, pessoas e recursos naturais. Por ocasião do Ressurgimento Islâmico, a influência cultural em comum ditou os rumos da cooperação econômica entre estados desta e de outras civilizações. Dessa forma, a estatização dos recursos naturais em alguns estados islâmicos, notadamente o petróleo, em prejuízo do capitalismo ocidental, gerou conflitos entre essas duas civilizações.

De acordo com Huntington (1997), nos estados islâmicos, a religião e o tribalismo possuem a maior participação nos desdobramentos políticos, culturais, econômicos e sociais, ao contrário do mundo ocidental, em que os estados-nação e o Estado-Núcleo balizam os destinos da civilização. No caso da Civilização Islâmica, onde na maioria dos estados as fronteiras não representam a divisão étnica das culturas, mas antigos interesses do imperialismo europeu, o estado-nação perde importância, dando lugar para a unidade do Islã. Os conflitos intracivilizacionais e intercivilizacionais que caracterizam as interações da Civilização Islâmica se devem em muito à não existência de um estado-núcleo, e essa postura quase sempre agressiva é uma ameaça às outras civilizações, como a Ocidental.

Segundo Huntington (1997), não só as diferenças entre as religiões dessas duas

civilizações têm causado os conflitos entre elas, mas também as semelhanças. As duas são missionárias, tentando converter os outros povos. O Islamismo, assim como o Ocidente, também é universalista, considerando a sua fé absoluta. Também são monoteístas e rejeitam outras divindades.

Resumindo, por fim, segundo a Teoria do Choque de Civilizações de Huntington, as polaridades geopolíticas dos conflitos nos últimos séculos acabaram, e o que permanecerá serão as disputas de religiões, culturas e etnias, isto é, civilizacionais.

2.2 A Líbia: estado semitribal e muçulmano

Conforme exposto no item teórico deste Trabalho, a modernização imposta à Civilização Islâmica pelo Ocidente e o consequente ressurgimento islâmico fizeram com que líderes políticos de estados muçulmanos reforçassem o caráter islâmico de suas sociedades nos anos 1970 e 1980, devido ao descobrimento de enormes reservas de petróleo, e ditassem os rumos das cooperações econômicas entre esses estados e os de outras civilizações. Também foi colocado que existe choque entre civilizações quando ocorrem desentendimentos quanto ao poder relativo, e ao controle de riquezas e recursos naturais. Dessa forma, em estados islâmicos que se afastaram do Ocidente por terem tido sua liderança assumida por governos antiocidentais, e por ter havido a estatização dos recursos naturais, principalmente o petróleo, em prejuízo do capitalismo ocidental, conflitos foram gerados entre essas duas civilizações.

Foi o que aconteceu com a Líbia nesse período quando, segundo Huntington (1997), em 1969, um golpe de estado liderado pelo Coronel Muammar Gaddafi destituiu do poder o Rei Idris I, e aquele Militar assumiu o Governo. Sob o Comando do Coronel Gaddafi as divisas provenientes do petróleo financiaram o ressurgimento islâmico na Líbia, por meio de

investimentos em educação e na qualidade de vida da população. A Líbia reassumiu o controle e a exploração das reservas de hidrocarbonetos, retirando as concessões anteriormente dadas às empresas ocidentais, tais como norte-americanas, britânicas e francesas. Por muito tempo Gaddafi declarou que o Islã e a Líbia estavam em uma guerra santa contra o Ocidente, e os Estados Unidos da América, por conseguinte, listaram a Líbia como um estado terrorista. Esse choque de civilizações entre o Islã e o Ocidente, por meio dos desentendimentos entre, principalmente, as potências ocidentais e o Governo Líbio, permaneceu por anos, e veio culminar na sequência de eventos que ocorreram por ocasião da Primavera Árabe na Líbia.

Como já mencionado no item 2.1 deste Trabalho, nos estados islâmicos, a religião e o tribalismo possuem a maior participação nos desdobramentos políticos, culturais, econômicos e sociais. Os conflitos intracivilizacionais e intercivilizacionais que caracterizam as interações da Civilização Islâmica se devem em muito à unidade do Islã e à não existência de um estado-núcleo, e essa postura quase sempre agressiva é uma ameaça às outras civilizações como a Ocidental. Na Líbia, principalmente com Gaddafi, tais características estiveram sempre presentes, e 18 tribos islâmicas de maior importância tiveram a maior participação nos destinos da Sociedade.

Segundo Bandeira (2014), as tribos faziam o papel de intermediários entre os governantes e o povo, e redistribuíam a renda do petróleo sob regras que favoreciam menos a população e mais as lideranças tribais. Gaddafi tentou diminuir o poder das tribos, pois elas eram atrasadas e se opunham à modernidade. Eram de difícil unificação e integração. Para Gaddafi, o tribalismo sabotava os ideais nacionalistas e desmoralizava o Governo. Apesar das tentativas, Gaddafi não foi bem-sucedido em diminuir a influência das tribos, e teve que ceder às exigências em troca de apoio à sua Ditadura. Assim a Líbia se tornou o estado mais tribal entre os árabes, na prática, semitribal. Havia mais de 140 tribos, seminômades e nômades,

onde o parentesco era o requisito principal de união. Vingança coletiva, multas sociais e indenização eram permitidas. Os líderes tribais tinham a maior autoridade na Líbia, e estavam entre os principais integrantes da elite social. No seio da Sociedade Líbia, o relacionamento entre esse emaranhado de tribos sem coesão sempre foi fonte de conflitos intracivilizacionais dentro da Civilização Islâmica, e, como será mostrado adiante, o apoio dividido desses grupos internos aos atores principais envolvidos (Líbia e potências ocidentais), teve papel fundamental nos resultados dos eventos que se sucederam na Primavera Árabe, escrevendo assim, mais um capítulo na história do choque de civilizações entre o Islã e o Ocidente.

2.3 Gaddafi: O Líder, e sua relação com a população e o Ocidente

Segundo Bandeira (2014), quando Gaddafi assumiu o poder, tentou implantar na Líbia uma espécie de democracia direta, incluindo eleições para formação de congressos populares. O povo deveria participar do ato de governar, e essa ideia democrática ficou conhecida como Terceira Teoria Universal. Eram ideais que apresentavam uma outra visão sobre democracia, baseada em um estado de massas, onde a população teria maior participação na política. Essas mudanças fariam com que as influências religiosa e tribal tivessem seu peso reduzido na organização de poder da Sociedade Líbia. Entretanto, Gaddafi não teve sucesso, e teve que governar com o apoio das tribos. O Líder Líbio sempre teve dificuldade em manter sua administração coesa e unida politicamente. A Cirenaica, por exemplo, ilustrada na FIG. 1, importante região econômica e detentora da maior parte das reservas de petróleo líbias, nunca aceitou o domínio central e intencionava se tornar independente.

Segundo Huntington (1997), a Líbia já vinha se identificando com a causa da Civilização Islâmica antes da Primavera Árabe em 2011, ao apoiar muçulmanos se opondo a

não-muçulmanos em diversas regiões e estados, tais como Filipinas, Caxemira, Líbano, Sudão, Chechênia, Palestina, Bósnia, Tadjiquistão e Transcáucaso. Vários insurgentes foram treinados na Líbia e exportados para regiões onde havia conflitos do Islã contra outras civilizações.

Ainda de acordo com Huntington, ao ser tratado o tema do choque entre as Civilizações Ocidental e Islâmica, e a união desta com a Civilização Confuciana contra o Ocidente, o chamamento mais apaixonado por uma cooperação desse tipo veio do próprio Muammar Gaddafi, que declarou em março de 1994,

A nova ordem mundial significa que os judeus e os cristãos controlarão os muçulmanos se puderem, que eles, depois disso, irão dominar o Confucionismo e outras religiões na Índia, na China e no Japão. (...). Atualmente, o que os cristãos e os judeus estão dizendo é: "Nós estávamos decididos a esmagar o comunismo, e o Ocidente agora tem que esmagar o Islamismo e o Confucionismo." Nós esperamos agora ver uma confrontação entre a China, que encabeça o campo confucionista, e os Estados Unidos, que encabeçam o campo dos cruzados cristãos. Não temos nenhuma justificativa para não termos preconceito contra os cruzados. Estamos do lado do Confucionismo e, ao nos aliarmos com ele e lutarmos ao seu lado numa única frente internacional, eliminaremos nosso adversário mútuo. De modo que nós, como muçulmanos, apoiaremos a China na sua luta contra nosso inimigo mútuo. (...). Fazemos votos pela vitória da China. (...) (HUNTINGTON, 1997, p. 303).

De acordo com Bandeira (2014), após a segunda Guerra do Iraque em 2003, Gaddafi decidiu renunciar ao terrorismo e às armas de destruição em massa, por ter a certeza de que a Líbia estava ameaçada de invasão. Para ele a ação militar foi um recado claro para a Líbia e para outros estados considerados perigosos pelas potências ocidentais. Gaddafi decidiu então colaborar com o Ocidente e, até certo momento, Washington ficou satisfeita com a sua iniciativa.

Ainda segundo Bandeira (2014), fazia parte da contrapartida em favor da Líbia, por esta se abster das armas em questão, a suspensão das sanções existentes. Entretanto, vale mencionar que um dos fatos dificultadores das negociações foi o de que a tecnologia de enriquecimento do urânio obtida pela Líbia foi vendida pelo Paquistão, um importante aliado líbio dentro da Civilização Islâmica. Apesar disso, tal obstáculo não impediu que se concluísse

o abandono do Programa. Ainda em 2004, as sanções contra a Líbia foram suspensas.

Gaddafi assumiu a autoria dos atentados ao Voo 103 da Pan Am, na Escócia, em 1988, e ao Voo 772, da União de Transportes Aéreos, Empresa Francesa, no Deserto do Saara, em 1989. Em ambos os casos, as famílias das vítimas foram indenizadas pelo Governo Líbio.

Outros estados amigos da Líbia, como a Coreia do Norte e o Irã, aconselharam Gaddafi a não renunciar a seus programas estratégicos nuclear e de armas em atendimento ao Ocidente.

As tratativas com a Líbia foram anunciadas em 2004, após a renúncia oficial desse Estado, aos seus programas de armas de destruição em massa, ter ocorrido em 2003. Bandeira (2014) complementa que, a fim de atender completamente ao Ocidente, Gaddafi aderiu ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP)³, à Convenção sobre as Armas Químicas e Biológicas (BWC)⁴, e à Convenção sobre Armas Químicas (CWC)⁵.

³ TNP: O Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares é um acordo entre Estados soberanos assinado em 1968, vigorando a partir de 5 de março de 1970. Atualmente conta com a adesão de 189 estados, cinco dos quais reconhecem ser detentores de armas nucleares: Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, França e China — que são também os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Fonte: *Wikipédia*. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Não_Proliferação_de_Armas_Nucleares>. Acesso em: 31 jul. 2022.

⁴ BWC (sigla em inglês): A Convenção sobre as Armas Químicas e Biológicas, oficialmente conhecida por Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, da Produção e do Armazenamento das Armas Bacteriológicas (Biológicas) ou tóxicas e sobre a Sua Destruição, foi assinada em 10 de abril de 1972. Tendo entrado em vigor em 26 de março de 1975, o BWC foi o primeiro tratado multilateral de desarmamento a proibir a produção de toda uma categoria de armas de destruição em massa. A convenção tem duração ilimitada. Em janeiro de 2022, 183 estados se tornaram parte do tratado. Quatro estados adicionais assinaram, mas não ratificaram o tratado, e outros dez estados não assinaram nem aderiram ao tratado. Fonte: *Wikipédia*. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Convenção_sobre_as_Armas_Biológicas>. Acesso em: 31 jul. 2022.

⁵ CWC (sigla em inglês): A Convenção sobre Armas Químicas é um acordo sobre controle de armas, que proíbe a produção, o armazenamento e o uso de armas químicas. Seu nome completo é Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenagem e Utilização de Armas Químicas e sobre sua Destruição. O acordo é administrado pela Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ), que é uma organização independente com sede em Haia, nos Países Baixos. A principal obrigação a cargo da Convenção é a proibição de uso e produção de armas químicas, bem como a destruição de todos os estoques desse tipo de armamento. A Convenção começou a vigorar em 1997. Em setembro de 2013, 189 estados faziam parte do acordo e outros dois estados (Israel e Mianmar) assinaram, mas não ratificaram a Convenção. Fonte: *Wikipédia*. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Convenção_sobre_as_Armas_Químicas>. Acesso em: 31 jul. 2022.

Após o cancelamento das sanções econômicas, os estados ocidentais, principalmente os Estados Unidos da América, Reino Unido, e França reataram as relações comerciais com a Líbia. As exportações do Ocidente para o Estado foram normalizadas, bem como companhias petrolíferas europeias e norte-americanas voltaram a operar nos campos de petróleo líbios, além de empresas de outros setores que estabeleceram negócios na Líbia.

Bandeira (2014) complementa que, em meados de 2008 e 2009, as relações entre as partes voltaram a amargar e, como se fosse uma repetição do que acontecera com os acordos econômicos entre a Líbia e as empresas ocidentais nos anos 1960 e 1970 por ocasião da estatização das reservas de petróleo, as companhias petrolíferas ocidentais foram forçadas a renegociar os contratos de exploração de petróleo e gás na Líbia. Isso não agradou ao Ocidente.

Como resposta conspirações e tramas foram planejadas e levadas a cabo pelas potências ocidentais contra Gaddafi. Espiões e funcionários dos Governos de França, Reino Unido e Estados Unidos da América foram usados em tratativas com funcionários de Gaddafi, que o traíram. Asilos foram concedidos a desertores líbios. Levantes e revoltas foram pensados e executados dentro da Líbia e, de fato, essas ações foram o estopim para o início da Primavera Árabe neste Estado, antes mesmo da intervenção militar da OTAN.

Conforme Bandeira (2014), de 2008 a 2010, a Administração de Gaddafi libertou vários prisioneiros, dentre eles, principalmente, militantes de grupos islâmicos combatentes radicais que depois viriam a se aliar a outros grupos de origens semelhantes, contra o Governo Líbio. Os assessores líbios supuseram que os militantes libertados poderiam ser readmitidos na sociedade através de um programa humanitário de reabilitação do Governo, e esperavam que eles se oporiam a outros grupos radicais contrários à Administração Líbia. O que aconteceu, na prática, foi que, além de esses libertos se associarem aos inimigos de Gaddafi

nesses grupos radicais, também o fizeram em apoio às potências ocidentais, e às forças de intervenção da OTAN na Líbia e, como consequência, todos esses agentes fizeram parte dos esforços que se sucederiam por ocasião da Primavera Árabe e da intervenção da OTAN.

Já em fevereiro de 2011, após iniciados levantes em Benghazi, segunda maior cidade da Líbia e a mais importante da Região da Cirenaica, os Estados Unidos da América declararam que Gaddafi, por já ser um longo ditador, não era mais um governador legítimo e deveria abandonar a liderança da Líbia. A alegação era de motivo humanitário, a fim de proteger vítimas inocentes do regime de Gaddafi, e o objetivo da intervenção, já anunciada, era a de troca de governo, em cumprimento à Resolução 1.973⁶ do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU)⁷.

Por fim, mesmo que em determinados momentos o choque entre duas civilizações diametralmente opostas diminua, ele acaba refloreando e as antigas rugas voltam a ditar as relações diplomáticas entre as partes. Como foi visto no caso da Líbia, nas relações entre a Civilização Islâmica e a Ocidental, houve conflitos desde o início do Governo de Gaddafi, que permaneceram até início e meados dos anos 2000, quando houve cooperação entre as partes.

⁶ Resolução 1.973 do CSNU: Sobre a Líbia, foi aprovada em 17 de março de 2011. Autorizava os estados-membros a tomar todas as medidas necessárias, sem prejuízo do disposto no § 9 da Resolução 1.970 de 2011, para proteger os civis sob ameaça de ataque na Líbia, ao mesmo tempo em que excluía uma ocupação estrangeira. Também estabelecia uma zona de exclusão aérea na Líbia. Uma resolução é aprovada se tiver maioria de 9 dos quinze membros, inclusive os cinco membros permanentes. Um voto negativo de um membro permanente configura um veto à resolução. A abstenção de um membro permanente não configura veto. Fonte: *Wikipédia*. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Resolu%C3%A7%C3%A3o_1973_do_Conselho_de_Seguran%C3%A7a_das_Na%C3%A7%C3%B5es_Unidas>. Acesso em: 31 jul. 2022.

⁷ CSNU: O Conselho de Segurança das Nações Unidas é um órgão da Organização das Nações Unidas cujo objetivo é zelar pela manutenção da paz e da segurança internacional. É o único órgão do sistema internacional capaz de adotar decisões obrigatórias para todos os 193 estados-membros da ONU, podendo inclusive autorizar intervenção militar para garantir a execução de resoluções. O Conselho é composto por 15 membros, sendo 5 membros permanentes com poder de veto: Estados Unidos da América, França, Reino Unido, Rússia e China. Os demais dez membros são eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de dois anos. Fonte: *Wikipédia*. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Conselho_de_Seguran%C3%A7a_das_Na%C3%A7%C3%B5es_Unidas>. Acesso em: 31 jul. 2022.

Entretanto, no final da mesma década, o conflito de interesses e o choque de civilizações voltou a permear as relações, culminando com a Primavera Árabe e a intervenção da OTAN. As motivações para esse choque entre as duas civilizações foram detalhadas no item 2.1, e foram elas as questões humanitárias, posicionamentos políticos e culturais, atividades econômicas e exploração dos recursos naturais.

2.4 Importância Geopolítica da Líbia

Segundo Bandeira (2014), a Líbia possuía em 2007 uma reserva petrolífera de 43,1 bilhões de barris, algo em torno de 2% de todas as reservas do mundo. O óleo líbio é de fina qualidade, característica que, combinada com a proximidade geográfica da Europa e suas refinarias, tornam a utilização desse recurso muito atrativa, em virtude dos baixos custos de refino e transporte.

De acordo com Bandeira (2014), os Estados Unidos da América absorviam da África, por volta de 2010, em torno de 20% de suas importações de petróleo. Havia ainda a previsão de um aumento da capacidade de fornecimento de petróleo da África para o Ocidente, acima de 2 milhões de barris, e as reservas de gás natural africanas, por sua vez, subiriam para um montante de 15 trilhões de pés cúbicos.

Entretanto, para a exploração segura das commodities africanas, seriam necessários uma grande quantidade de investimentos em infraestrutura, o que sempre foi arriscado em virtude das instabilidades política, fiscal e econômica sempre presentes na maioria dos estados africanos, inclusive na Líbia. Esse quadro de instabilidade jurídica foi a realidade em todo o período do Governo de Gaddafi e, portanto, responsável em boa parte pelos conflitos com o Ocidente. Entretanto, apesar dos obstáculos, a Líbia sempre foi um estado que gerava retorno econômico, sendo 92% de suas receitas provenientes da exploração do petróleo.

Por fim, a importância geopolítica do Norte da África e da Líbia se deve principalmente as suas grandes reservas de recursos naturais⁸, principalmente o petróleo, combinadas com a posição privilegiada, no sul próximo do grande mercado consumidor europeu e no caminho das linhas de comunicação marítimas para a América do Norte e para a Ásia, que passam no Mar Mediterrâneo.

2.5 Considerações Parciais

Neste capítulo, após ser finalizada a consideração concisa da Teoria do Choque de Civilizações de Huntington de que os conflitos futuros serão principalmente civilizacionais, as comparações iniciais foram feitas com as características tribais e muçulmanas da Líbia. Em seguida, viu-se o grande peso das questões humanitárias, posicionamentos políticos e culturais, atividades econômicas e exploração dos recursos naturais, para a determinação dos destinos seguidos nos choques de civilizações entre os islâmicos e o Ocidente. Soma-se a isso, a importância geopolítica que a Líbia possui para o mundo ocidental.

Sendo assim, as considerações parciais são de que, apesar das tentativas entre as duas civilizações de entrarem em acordo sobre suas diferenças e demandas, as características tribais e religiosas da Civilização Islâmica, a importância geopolítica da Líbia e o comportamento cruzado ocidental, foram fatores que contribuíram para ocorrer o choque de civilizações. Para contextualizar como ocorreu esse conflito, no próximo capítulo, será analisado o contexto geopolítico mundial no qual a Líbia e os principais atores ocidentais estavam envolvidos por ocasião da Primavera Árabe.

⁸ Dentre as riquezas africanas estão jazidas de petróleo, urânio, ouro, cobre, fosfato, diamantes, coltan (columbita-tantalita), e outros minérios estratégicos. (BANDEIRA, 2014).

3 CONTEXTO GEOPOLÍTICO MUNDIAL

Para se compreenderem os fatores históricos da Primavera Árabe na Líbia e analisá-los à luz da Teoria do Choque de Civilizações de Huntington, é importante entender os contextos histórico e geopolítico no qual a Líbia e os atores ocidentais estiveram inseridos durante esses eventos. Como já foi visto, e o será adiante, antes do início da Primavera Árabe, os elementos envolvidos nos conflitos civilizacionais entre o Islã e o Ocidente, não só já estavam presentes, como foram reforçados ao longo do tempo, de modo que contribuíram para a intensificação dos conflitos e hostilidades que foram registrados na Líbia.

Sendo assim, serão analisados neste capítulo o papel das mídias sociais no escopo da Primavera Árabe, as posições e posturas políticas ocidentais, a utilização das ferramentas geopolíticas e do Direito Internacional no pós-Guerra Fria, e os motivos para a intervenção da OTAN na Líbia. Ao final, o capítulo será encerrado com uma consideração parcial.

3.1 A influência das mídias sociais na Líbia no escopo da Primavera Árabe

De acordo com Bandeira (2014), desde o começo das revoltas e manifestações na Líbia, apesar da agressividade dos revoltosos, a mídia ocidental divulgou reiteradamente que Muammar Gaddafi intencionava assassinar os rebeldes. Tais agentes eram expostos pela mídia como civis comuns realizando protestos contra o Governo. As mídias do Ocidente foram costumeiramente influenciadas pelas guerras de informações e psicológicas praticadas pelos serviços de inteligência governamentais das potências da OTAN, com o intuito de manipular a verdade para as pessoas comuns. Recursos de informação e contrainformação foram usados para disfarçar as intenções dos Estados Unidos da América e demais estados europeus.

De fato, as manifestações assumiram tal proporção que saíram do controle do

Governo Líbio, tornando-se violentas, confusas e ilegais. Esta era exatamente a intenção das potências ocidentais ao manipularem as ações das mídias. Os revoltosos, que eram radicais islâmicos, foram tratados pela mídia como combatentes que lutavam pela liberdade. O objetivo dos serviços de informação e inteligência do Ocidente era desacreditar o Regime Líbio e suas forças, ocasionando divisões e brigas internas, além de conquistar a opinião popular a seu favor. Para isso, foi formatada e divulgada uma ideia de que Gaddafi iria massacrar os civis manifestantes que eram contrários ao seu regime em Benghazi.

A estratégia com as mídias funcionou e, segundo Bandeira (2014), em 26 de fevereiro de 2011, oito dias após iniciadas as manifestações em Benghazi, as potências ocidentais obtiveram a aprovação no CSNU da Resolução 1.970⁹, que reprovava o uso da força e violência contra civis, lamentando os desrespeitos aos direitos humanos praticados pelo Governo Líbio. Essa Resolução iniciou uma sequência de passos, dentre os quais sanções, outras resoluções do CSNU, e a própria intervenção da OTAN, que iriam pressionar ainda mais o Governo Líbio e contribuir para a sua derrocada. A manipulação das mídias ocidentais, ao aumentar o número de mortos e praticar a desinformação, foi fator decisivo para construir um ambiente desfavorável à Líbia no CSNU. A participação da mídia internacional foi tal, que ela recebeu elogios do Tenente-General Joseph Charles Bouchard, Comandante da Operação Militar da OTAN, pelas suas contribuições para o sucesso da missão.

Conforme apresentado no item 2.1 deste Trabalho, as teorias de Huntington (1997) afirmam como ferramenta primordial do domínio do poder ocidental sobre as outras civilizações a utilização das comunicações globais em prol de seus interesses, complementada pela disputa de narrativas no mundo contemporâneo. De fato, conforme mostrado neste item,

⁹ Resolução 1.970 do CSNU: Adotada em 26 de fevereiro de 2011, relativa à Paz e Segurança na África. Fonte: *Wikipédia*. Disponível em: <<https://www.io.gov.mo/pt/legis/int/rec/973>>. Acesso em: 31 jul. 2022.

essa ferramenta foi muito utilizada pelo Ocidente contra a Líbia, para fazer valer suas vontades e vencer o choque de civilizações entre o Ocidente e o Islamismo.

3.2 A pressão ocidental e a postura das superpotências

De acordo com Bandeira (2014), os Estados Unidos da América possuíam, nos anos 2000, unidades de operações especiais ativadas na Europa, com o objetivo de atuar na África a fim de manter a hegemonia norte-americana no Continente. Essas unidades entravam em ação quando havia necessidade de garantir a estabilidade e a segurança regionais, além de assegurar os interesses dos Estados Unidos da América.

Segundo Bandeira (2014), os norte-americanos possuem, desde 1983, o Programa Doação Nacional para a Democracia (NED, na sua sigla em inglês)¹⁰, com o objetivo de promover a democracia em outros estados. O propósito é abrir espaço político em estados com regimes autoritários, tentando criar processos democráticos. Esse Programa atuou na Líbia em atividades de formação e construção de instituições da sociedade civil, e teve participação na Primavera Árabe.

Bandeira (2014) complementa que, por ocasião da Primavera Árabe, os Estados Unidos da América e outros estados da OTAN apoiaram com armamentos, logística, treinamento e recursos financeiros, rebeldes e organizações terroristas que estavam contra o Regime de Gaddafi. Alguns rebeldes já haviam inclusive lutado contra os estadunidenses no Afeganistão e no Iraque. Esses grupos radicais islâmicos se juntaram aos ocidentais, pois eram contrários à postura secular do Governo de Gaddafi. Outros estados islâmicos contrários a

¹⁰ National Endowment for Democracy (NED): Organização dos Estados Unidos da América fundada em 1983 para promover a democracia em outros estados. O NED é financiado principalmente por uma alocação anual do Congresso dos EUA. Fonte: *Wikipédia*. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/National_Endowment_for_Democracy>. Acesso em: 31 jul. 2022.

Gaddafi pelo mesmo motivo, o Qatar e a Arábia Saudita, também apoiaram financeiramente e militarmente a intervenção na Líbia e os grupos radicais.

Segundo Bandeira (2014), as atividades dos grupos radicais também envolviam inteligência. Havia tratativas com os serviços de inteligência de Gaddafi e com os ocidentais, e para estes últimos era de vital importância o monitoramento das atividades terroristas na Região. Dessas interações entre as 3 partes, foram planejadas e executadas traições de agentes líbios contra o Governo Gaddafi, que ajudaram a minar os alicerces do antigo regime. Também fruto da cooperação entre os serviços de inteligência líbio e ocidentais, foi acertado o acordo em que a Líbia abandonou seu programa nuclear e de armas de destruição em massa.

De acordo com Bandeira (2014), antes mesmo dos levantes da Primavera Árabe, em meados de 2010, a inteligência da França já planejava as revoltas em Benghazi. Em outras palavras, as manipulações para a derrubada de Gaddafi já haviam iniciado, e forças militares francesas foram infiltradas na Líbia, com o apoio dos estadunidenses. Junto à França, já estavam se preparando para as etapas seguintes, o Reino Unido e os Estados Unidos da América.

Bandeira (2014) acrescenta que, em 26 de fevereiro de 2011, nove dias após o início das revoltas em Benghazi, o Presidente norte-americano, Barack Obama, fez um pronunciamento onde afirmou que Gaddafi perdera legitimidade e, sendo assim, deveria renunciar ao governo. Estava preparado o palco para a intervenção militar na Líbia, onde a intenção do Ocidente era a troca de regime. A justificativa para a ação militar era baseada em motivações humanitárias, a fim de ajudar os manifestantes oprimidos pelo Governo de Gaddafi, e se apoiava na Resolução 1.973 do CSNU.

Por ocasião da aprovação da Resolução 1.970 no CSNU, havia a possibilidade de que os ataques em andamento na Líbia contra a população civil pudessem ser considerados

crimes contra a humanidade e, sendo assim, a questão seguiu trâmites para averiguação e possível julgamento. Junto à aprovação da Resolução 1.970, sanções foram aplicadas à Líbia. Em 17 de março de 2011, Reino Unido, França e Estados Unidos da América conseguiram aprovar a Resolução 1.973 no CSNU, sob o argumento de que Muammar Gaddafi não cumprira a Resolução 1.970. A Resolução 1.973 criou uma zona de exclusão aérea¹¹ na Líbia, e permitia executar ações militares para proteger os civis sob ameaça de ataque. Não estava autorizada ocupação estrangeira terrestre.

Apesar da Resolução 1.973 não autorizar, os assessores ocidentais estavam convictos de que a troca de regime na Líbia só seria possível com a presença de forças em terra. De acordo com Bandeira (2014), antes mesmo da aprovação da Resolução em questão, o Reino Unido tentou infiltrar combatentes e agentes na Líbia, mas sem sucesso, pois todos foram presos. Depois disso, e após a queda de Gaddafi, o Reino Unido enviou novamente agentes para realizar assessoria ao Conselho Nacional de Transição da Líbia. Foram comuns as ações de infiltração de militares e agentes pelas potências ocidentais na Líbia, antes e durante a Primavera Árabe.

Bandeira (2014) complementa que, antes mesmo das sanções impostas pelo Ocidente e pela ONU à Líbia, os Estados Unidos da América e o Sistema Financeiro Internacional¹² congelaram ativos do governo e de empresas líbias no exterior. Quando das

¹¹ Zona de Exclusão Aérea: Uma zona de exclusão aérea (ZEA), também conhecida como zona proibida ao voo, é uma área onde está restringido ou proibido o voo de aeronaves, por decisão do estado ao qual pertence o espaço aéreo em questão, ou por imposição externa sendo então uma forma de sanção. Esta medida é adotada por necessidade militar ou segurança pública. Fonte: *Wikipédia*. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Zona_de_exclusão_aérea>. Acesso em: 31 jul. 2022.

¹² Sistema Financeiro Internacional (SFI): É o quadro mundial de acordos jurídicos, instituições e agentes econômicos formais e informais que, em conjunto, facilitam os fluxos internacionais de capital financeiro para fins de investimento e financiamento do comércio. Fonte: *Wikipédia*. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Sistema_financeiro_mundial>. Acesso em: 31 jul. 2022.

sanções econômicas impostas pelo Conselho de Segurança da ONU, as potências ocidentais apropriaram-se desses ativos congelados. Ao todo, as entidades líbias perderam aproximadamente US\$ 150 bilhões em ativos, com as sanções.

As forças militares e de inteligência da OTAN forneceram aos rebeldes colaboração e assistência. Planejaram operações e coletavam informações para orientar as ações dos insurgentes. Outros estados, inclusive islâmicos, enviaram forças para compor a intervenção da OTAN junto às potências ocidentais. Segundo Bandeira (2014), em 20 de agosto de 2011, apesar da Resolução 1.973 não autorizar, forças da Coalizão, compostas principalmente por tropas do Catar que lideraram os avanços, junto com os rebeldes, avançaram por terra em direção à Trípoli, para conquista da Líbia, cumprindo planos feitos pelos militares das potências ocidentais.

Neste tópico do Trabalho, verificamos, dentre os aspectos teóricos apresentados no item 2.1 desta Dissertação, que estão presentes nos fatos históricos analisados, a postura de supremacia adotada pelo Ocidente como uma civilização universal, impondo, por ser a mais poderosa atualmente, as suas regras regentes no mundo, sob a liderança dos Estados Unidos da América, e a participação ativa das outras potências protagonistas, França e Reino Unido. Dentre as motivações, as questões humanitárias e econômicas, já explicadas na Teoria, estiveram presentes como causa deste conflito civilizacional.

Além do choque intercivilizacional entre o Ocidente e o Islã, estão presentes também elementos de choques intracivilizacionais dentro da Civilização Islâmica, por meio da participação de outros estados islâmicos nos eventos contra a Líbia, por esta ser um estado islâmico de cultura mais próxima do secularismo, se afastando das origens do Islã.

3.3 O uso do Direito Internacional como ferramenta geopolítica do pós-Guerra Fria

Segundo Bandeira (2014), desde o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos da América tentam impor a Pax Americana¹³ no mundo, por meio de protetorados informais, sob a égide da OTAN. Dessa forma, os estadunidenses, com o intuito de projetar os valores universais da Civilização Ocidental para as outras civilizações, relativizam os princípios do Direito Internacional com base principalmente no argumento de preservação dos direitos humanos, e, para isso, contam com o apoio das outras potências ocidentais e de órgãos internacionais.

A narrativa construída nas mídias globais para apoiar as ações na Líbia, teriam se perdido caso elas não fossem complementadas por manobras no âmbito das organizações internacionais, e os objetivos da Civilização Ocidental na Líbia não teriam sido cumpridos.

A facilidade com que os estados ocidentais aprovaram as Resoluções 1.970 e 1.973 no CSNU, foram tais que pareciam estarem efetuando gestões internas em seus respectivos órgãos jurídicos nacionais. Em que pese o fato de as motivações apresentadas terem sido de caráter humanitário, condenando atos de força e violência contra civis manifestantes, e denunciando violações dos direitos humanos, a presença de militantes armados nas manifestações, e dada a proporção dos eventos, apesar de considerável, não desqualificarem a capacidade do Estado Líbio lidar com a situação, certamente dão respaldo para os críticos das resoluções aprovadas, as contestarem. Assim, o peso político das potências ocidentais falou mais alto, e estas usaram a influência nos órgãos internacionais como ferramenta

¹³ A Pax Americana é um termo latino referindo-se a hegemonia norte-americana no mundo. Também indica o período de relativa paz entre as potências ocidentais e outras grandes potências no fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, coincidindo com a atual dominação econômica e militar dos Estados Unidos da América. Fonte: *Wikipédia*. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pax_Americana>. Acesso em: 31 jul. 2022.

geopolítica para alcançar os objetivos sobre a Líbia.

O encaminhamento ao Tribunal Criminal Internacional das queixas contra a Líbia, a fim de apurar crimes contra a humanidade, e as sanções econômicas impostas com o consequente sequestro dos ativos líbios em benefício dos estados ocidentais, formam mais um capítulo que exemplifica os modos de operação ocidentais que se valem dos órgãos internacionais para influenciar a geopolítica mundial no pós-Guerra Fria.

De acordo com Bandeira (2014), segundo a Carta das Nações Unidas¹⁴, operações militares autorizadas pela ONU só deveriam ser conduzidas em caso de manutenção ou restabelecimento da paz e segurança internacionais, e a situação na Líbia era assunto interno não passível de intervenção externa. As três potências — Estados Unidos da América, Reino Unido e França — realizaram uma guerra contra a Líbia, aliando-se a outros estados e aos rebeldes, ferindo princípios basilares do Direito Internacional como a soberania nacional e a autodeterminação dos povos, e para isso utilizaram a ONU como meio de atingir seus propósitos.

Por fim, estiveram presentes neste tópico, da Teoria apresentada no item 2.1 do Trabalho, a postura hegemônica do Ocidente, trabalhando para manter seu protagonismo através da ideologia universalista, inclusive com o uso da força, e com as suas intenções e ações sendo legitimadas, através dos direitos humanos, como interesses comuns da comunidade internacional. As motivações econômicas também estiveram em pauta no choque entre as duas civilizações, uma vez que sanções econômicas fizeram o espólio de

¹⁴ A Carta das Nações Unidas de 1945 é o tratado fundamental das Nações Unidas. A Carta da ONU articulou um compromisso de defender os direitos humanos dos cidadãos e delineou um amplo conjunto de princípios relacionados à obtenção de padrões de vida mais altos, abordando problemas econômicos, sociais, de saúde e afins, e respeito universal e observância dos direitos humanos e liberdades fundamentais para todos. Fonte: *Wikipédia*. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Carta_das_Nações_Unidas>. Acesso em: 31 jul. 2022.

ativos líbios em proveito de entidades ocidentais, como consequência da imposição das mudanças de regras, nos anos 2000, dos acordos de exploração de petróleo das empresas ocidentais com o Governo da Líbia.

3.4 Justificativas para a intervenção da OTAN

O controle das mídias para disseminar as informações de interesse, e as manobras políticas no âmbito dos organismos internacionais para se conseguir as ferramentas jurídicas para apoiar as ações na Líbia, só foram possíveis devido às justificativas apresentadas pelo Ocidente para a intervenção da OTAN terem sido aceitas pela ONU e pela comunidade internacional. Para isso, a despeito de contradições e dúvidas sempre presentes nesses tipos de argumentos, os motivos exibidos devem ter um mínimo de coerência e ser bem respaldados.

A justificativa principal apresentada era a de proteção da população civil e dos manifestantes da Primavera Árabe na Líbia, por crimes cometidos contra os direitos humanos pelo Governo. Esse motivo inicial foi apresentado à mídia internacional e trabalhado por esta para convencer a opinião pública mundial e a ONU, de modo a obter a aprovação das resoluções de pressão e intervenção na Líbia.

Dentre os propósitos subentendidos para as justificativas mostradas pelas potências ocidentais, estava a de troca de regime, onde o objetivo era destituir Gaddafi do poder, e colocar uma liderança totalmente pró-ocidente que atendesse às demandas desta Civilização, incluindo a área econômica, que foi motivo de desavenças nas relações anteriores entre a Líbia e o Ocidente.

De acordo com Bandeira (2014), as justificativas apresentadas para a intervenção da OTAN na Líbia ferem o artigo 2º, § 7º, da Carta da ONU, que ratificou o princípio da não

intervenção nos temas internos dos estados, uma das bases do Direito Internacional, que apoia o princípio da soberania nacional. Por outro lado, os Estados Unidos da América, relativizando este conceito, justificaram a ação de intervenção da OTAN, tratando de impor uma interpretação de importância reduzida da soberania estatal, em caso de desrespeito a uma ordem internacional baseada em princípios universais, principalmente direitos humanos. Por isso, a troca de regime na Líbia foi defendida pelo Ocidente como uma ação de política externa e não de intervenção interna. Bandeira (2014) complementa que, o Ex-Secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, reforçando o argumento estadunidense, publicou no Washington Post um artigo afirmando que, apesar de a Primavera Árabe ser um evento democrático com o povo líbio lutando por valores liberais, ainda imperava na Líbia uma ditadura.

Por fim, neste tópico, a respeito da Teoria do item 2.1 do Trabalho, foram reforçadas as motivações já apresentadas dos choques civilizacionais, tais como as questões humanitárias e econômicas, vistas à luz das tratativas internacionais, valendo-se da capacidade de influência da Civilização Ocidental.

3.5 Considerações Parciais

Após as análises deste capítulo, pode-se considerar sobre o choque entre as duas civilizações na Primavera Árabe, segundo Huntington, que a participação da mídia teve papel fundamental no desdobramento dos eventos. Além disso, o comportamento de supremacia da Civilização Ocidental, em defesa do universalismo a ser imposto, esteve sempre presente, com base em motivações humanitárias e econômicas.

Para sustentar os objetivos políticos nos choques civilizacionais, as manobras no âmbito internacional para legitimar ações dos estados ocidentais, tiveram sua importância

confirmada como ferramentas jurídicas. Por fim, também houve, além dos choques intercivilizacionais entre o Ocidente e o Islã, choques intracivilizacionais no seio da Civilização Islâmica.

E a consequência dos eventos estudados até agora, viria a acarretar uma série de outros acontecimentos que fizeram o desfecho da Primavera Árabe, como será visto no próximo capítulo, com a entrega de uma herança ruim ao povo líbio que será de difícil recuperação para o Estado Norte-Africano.

4 O DESFECHO DA PRIMAVERA ÁRABE NA LÍBIA

Todos os agentes que participaram dos eventos ocorridos, com maior ou menor intensidade, sejam os estados poderosos ou os coadjuvantes, o Governo de Gaddafi, ou grupos radicais, apesar de terem sido os maiores influenciadores, não foram, certamente, os que mais sentiram as consequências. Os resultados da Primavera Árabe na Líbia têm como maior impactado o seu povo.

Para se entender o desfecho da Primavera Árabe, serão apresentados neste capítulo os aspectos em torno do qual giraram a Guerra Civil ocorrida, a queda de Muammar Gaddafi, as heranças políticas e sociais, e as disputas econômicas e a questão do petróleo líbio, com o encerramento de uma consideração parcial.

4.1 A Guerra Civil

A Primavera Árabe não foi um evento isolado, ela ocorreu em várias sociedades islâmicas do Oriente Médio e do norte da África. Esta grande sequência de manifestações que ocorreu como um choque intracivilizacional dentro do Islã, foi financiada por estados protagonistas desta Civilização, como Catar, Kuwait, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. Na Líbia, especificamente, além dos atores acima, os levantes também foram apoiados pelas potências ocidentais, com motivações já expostas e caracterizando um choque intercivilizacional, e por grupos radicais islâmicos dentro e fora da Região.

De acordo com Bandeira (2014), as revoltas começaram na Tunísia, em 17 de dezembro de 2010, após um vendedor de verduras e frutas suicidar-se devido às injustiças sofridas de agentes públicos. Com isso, o acúmulo histórico de tensões culminou em uma série de protestos violentos em vários estados da Região, devido à fraca situação social vigente.

Dentre as principais reclamações populares estavam o desemprego, as mazelas regionais, como a corrupção e as desigualdades, e a inexistência de modelos democráticos. A estabilidade regional estava afetada, havia repressões, e surgiram oportunidades para atuação de grupos radicais islâmicos e ativistas incitadores de protestos. Interesses econômicos e políticos ocidentais influenciaram de modo a piorar a situação, e o Ocidente foi rejeitado em alguns lugares. As raízes culturais islâmicas foram resgatadas. Houve deposição de governos ditatoriais já há muito tempo no poder. Nesse ponto da história, está presente o fenômeno da Indigenização, com a sua conseqüente reislamização, conceitos apresentados no item 2.1 deste Trabalho.

Em janeiro de 2011, as manifestações agressivas contra o Governo Líbio tiveram início por meio de ataques a órgãos estatais. Os manifestantes mataram muitos oponentes, sendo integrantes e partidários do Estado Líbio. Tinha início a Guerra Civil na Líbia, que objetivava a queda de Muammar Gaddafi. Várias tribos se voltaram contra o Governo, e essas partes já haviam iniciado seus conflitos entre 2006 e 2008. As maiores rebeliões tribais ocorreram na Região da Cirenaica, tradicionalmente separatista e rica em petróleo, com 80% das reservas líbias. Os insurgentes tiveram apoio tático de forças especiais da França e Reino Unido, que logo ocuparam as instalações petrolíferas. As potências ocidentais apoiaram os grupos radicais com armamentos, logística e financiamento. Os radicais, como já foi dito, tiveram motivação cultural e religiosa para se opor a Gaddafi, pois não aceitavam os costumes seculares em vigor na Líbia, como o divórcio e a poligamia e, por isso, queriam que os líbios retornassem à um Islamismo extremamente conservador. Nesta parte do Trabalho, está caracterizado o choque intracivilizacional por meio da divergência cultural, conforme citado no item 2.1, onde, lembrando Huntington (1997), dentre todos os aspectos objetivos que compõem as civilizações, a religião é, na maioria das vezes, a principal e maior causadora de

conflitos.

Como descrito no item 2.3 deste Trabalho, muitos dos integrantes dos grupos radicais que lutaram pela queda de Gaddafi, foram libertados pelo próprio Governo Líbio em épocas antes da Primavera Árabe, no esforço conduzido por sua Administração para reabilitar esses contraventores. Além disso, houve traições de agentes de Gaddafi, ao atuarem com ex-integrantes de grupos radicais e os serviços ocidentais na área de inteligência. Esses fatos contribuíram para a intensificação da Guerra Civil e para a derrocada do Governo Líbio. Após o fim de Gaddafi, armas do seu Exército Regular foram contrabandeadas para diversos grupos radicais islâmicos dentro e fora da Líbia, e isso foi responsável por grande parte da intensificação da Guerra Civil, e por desestabilizar outros pontos da Região, inclusive havendo atos de terrorismo nas cercanias do Mediterrâneo.

Bandeira (2014) complementa que, logo após a morte de Gaddafi e a suspensão da Zona de Exclusão Aérea, as potências ocidentais adentraram na Líbia para implementar a desejada troca de regime. Mas, em paralelo, mesmo com a derrota das forças líbias, os grupos rebeldes e as forças militares regulares de outros estados árabes, notadamente o Catar, emplacaram uma onda de assassinatos de tribos adversárias, partidários de Gaddafi, e, ainda pior, da população civil.

Por fim, a consideração parcial deste item apresenta que a Primavera Árabe na Líbia foi um evento histórico com aspectos de um choque intracivilizacional, ocorrido no seio da Civilização Islâmica, por motivações culturais, religiosas e sociais, e intercivilizacional, por meio das atuações dos principais estados ocidentais. Dentro dos choques civilizacionais presentes, ocorreram a Indigenização e a reislamização cultural islâmica.

4.2 A queda de Muammar Gaddafi

A dimensão das forças militares mobilizadas pela OTAN foi tão grande que o resultado ocorrido, a destruição de grande parte da Líbia, era inevitável. A consequente morte de Muammar Gaddafi, além da participação ocidental, teve, como autor, a brutalidade do ódio entre as tribos líbias.

De acordo com Bandeira (2014), sua casa chegou a ser atacada durante a Guerra, mas ele não foi atingido. Ao final da Intervenção, Gaddafi foi capturado vivo por radicais de grupos tribais rivais, após um ataque aéreo. Foi brutalmente agredido e morto, e depois arrastado pelas ruas de Sirte, sua cidade natal. O discurso do Ocidente pregou que sua morte foi o resultado de uma campanha de proteção e libertação do povo líbio.

A agressividade com que a morte de Gaddafi ocorreu, assassinado por um líbio de uma tribo adversária, é uma amostra do quão violento foi o nível atingido pelo choque intracivilizacional dentro da Líbia.

4.3 As heranças políticas e sociais

As consequências da Primavera Árabe e da Intervenção Militar da OTAN na Líbia foram desastrosas, e uma recuperação certamente demandará muito esforço e investimentos.

Ao término do conflito, grande quantidade de material e armamentos militares foi contrabandeada para fora da Líbia, indo parar nas mãos de grupos rebeldes islâmicos e africanos, desestabilizando a Região. A OTAN saiu desmoralizada, bem como as potências ocidentais, e suas doutrinas de proteção humanitária internacional. Segundo Bandeira (2014), foram destruídas 5.900 unidades militares e foram mortos entre 90.000 e 120.000 líbios e estrangeiros. Cidades foram devastadas, e mais de 2 milhões de pessoas ficaram desalojadas.

Várias infraestruturas foram arrasadas, incluindo construções sensíveis, locais de alimentos, meios de distribuição e comunicação, hospitais e edificações civis.

Os gastos ocidentais com a Guerra foram grandes e as potências da OTAN esperavam recuperar seus altos custos, por meio dos investimentos de suas empresas na recuperação da infraestrutura líbia e na indústria do petróleo.

Crueldades foram cometidas pelos rebeldes. Roubaram, saquearam, incendiaram hospitais e casas, cometeram crimes de guerra, torturaram civis e mataram seguidores de Gaddafi. Atacaram brutalmente os direitos humanos. Milícias armadas do Conselho Nacional de Transição também atacaram a população civil. De acordo com Bandeira,

De fato, com a queda do regime de Gaddafi, houve um *vacum político*. O Estado, que se devia caracterizar pelo monopólio da violência, desapareceu. Cerca de 60 milícias sectárias e tribais, armadas e em conflitos entre si, é que representavam o poder real. Cada uma dominou uma região, uma cidade, uma área, e não admitiam qualquer ingerência. Não aceitavam submeter-se ao Conselho Nacional de Transição. Mustafa Abdel-Jalil, Presidente do Conselho Nacional de Transição, sem legitimidade, nenhuma autoridade tinha. Era inefetivo (BANDEIRA, 2014, p. 318).

Ainda de acordo com Bandeira (2014), a intenção das potências ocidentais tem sido demolir a arrumação política do norte da África e do Oriente Médio, para que essas regiões da Civilização Islâmica, com suas diferenças culturais, se mantivessem divididas e dominadas pela Civilização Ocidental.

Houve ainda eleições para o Parlamento e tentativas de alguns grupos de apoiar o Conselho de Transição, e cargos e funções foram distribuídos entre os interessados. Algumas tentativas de gestões democráticas ocorreram, apesar do radicalismo de algumas alas tribais. Os defensores das novas gestões defendiam que o conservadorismo islâmico estava sendo implantado novamente, e que a Líbia voltaria às suas raízes do Islã. Outros não renunciaram às armas e não respeitavam as deliberações do Poder Central, cumprindo as suas próprias leis. Conflitos armados ocorreram entre milícias e tribos rivais, e aconteceram ataques e depredações à símbolos religiosos. Os crimes violentos aumentaram, como roubos, assaltos,

atentados com bombas e assassinatos de agentes estatais.

Ainda de acordo com Bandeira (2014), os Estados Unidos da América e outras potências ocidentais sofreram retaliações. Manifestantes muçulmanos assaltaram a Embaixada norte-americana e queimaram bandeiras. Militantes radicais, em 11 de setembro de 2012, mesma data dos atentados ao World Trade Center (WTC) em 2001¹⁵, atacaram o Consulado estadunidense em Benghazi, e mataram o Embaixador John Christopher Stevens e mais três funcionários do Departamento de Estado. Um influente líder desses movimentos declarou que a democracia não é compatível com o Islã, e que somente Deus pode fazer leis para serem seguidas pelos homens. Esses ataques representam, mais uma vez, um choque intercivilizacional entre o Ocidente e o Islamismo, por motivações culturais e religiosas, conforme tratado no item 2.1. Trata-se do afloramento do ódio da Civilização Islâmica, através de seu ressurgimento cultural. Os norte-americanos, por sua vez, pressionaram politicamente, não só o Governo Líbio, mas também outros da Região, para que oferecessem a segurança necessária às suas embaixadas e restaurassem a ordem pública. Em paralelo, suas forças militares e de inteligência efetuaram operações com o objetivo de monitorar, localizar, e atacar ou prender os responsáveis pelos atentados, e reforços foram feitos em suas instalações nesses estados.

Próximo ao final de 2012, a Guerra Civil Líbia continuava, e a população ainda era maltratada. As milícias tribais executavam uma limpeza étnica, e famílias eram massacradas ou expulsas de suas casas. Assim, mesmo após o fim da Intervenção da OTAN, os choques intracivilizacionais islâmicos entre as tribos líbias permaneceram sendo uma realidade dentro

¹⁵ Os ataques ou atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 (às vezes, referido apenas como 11 de setembro) foram uma série de ataques suicidas contra os Estados Unidos coordenados pela organização fundamentalista islâmica al-Qaeda, em 11 de setembro de 2001. Fonte: *Wikipédia*. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ataques_de_11_de_setembro_de_2001>. Acesso em: 31 jul. 2022.

da Guerra Civil, que também se perenizou. Bandeira (2014) complementa que o interior da Líbia continuou sendo usado como região de formação e treinamento de terroristas, que eram financiados por estados islâmicos, como os Emirados Árabes Unidos, a Arábia Saudita e o Catar, com o conhecimento das potências ocidentais, que mantinham operações militares no local para confrontar esses agentes desestabilizadores que continuavam a atuar na Região.

O desemprego, após a derrocada de Gaddafi, piorou ainda mais e atingiu aproximadamente 50% da população. Os sistemas de educação e saúde colapsaram e as empresas estrangeiras evitavam fazer investimentos. Os fundamentalistas se embrenharam na máquina pública, principalmente nos setores de segurança. A economia estava falida. Os estados ocidentais e o Fundo Monetário Internacional (FMI)¹⁶ trabalharam em soluções econômicas para a Líbia, tais como empréstimos, privatizações e eliminação de subsídios dados a setores específicos da sociedade.

Quem mais saiu ganhando não foram os grandes estados ocidentais, mas o Catar, pequeno e rico estado islâmico do Oriente Médio, que, apoiando os grupos insurgentes dentro da Líbia, conseguiu impor sua influência na África do Norte e no Oriente Médio, e se tornar um grande promotor da instabilidade regional e financiador do terrorismo islâmico. O Catar acabou se tornando uma potência regional (BANDEIRA, 2014).

Na Líbia, o status democrático passou longe da realidade, e as origens e divisões tribais, sempre presentes e muito fortes, impediram a união de todos em uma única nacionalidade. Em 2012 eleições foram realizadas, mas o governo eleito, apoiado pela OTAN,

¹⁶ Fundo Monetário Internacional (FMI) é uma organização internacional criada em 1944 na Conferência de Bretton Woods (formalmente criada em 27 de dezembro de 1945 e homologada pela ONU em abril de 1966) com o objetivo de ajudar na reconstrução do sistema monetário internacional no pós-Segunda Guerra Mundial. Fonte: Wikipédia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Fundo_Monetário_Internacional>. Acesso em: 31 jul. 2022.

não conseguiu governar, em virtude das oposições tribais. O Catar financiava ainda partidos de oposição ao Governo Líbio recém-eleito. Em 2013, confrontos armados ainda aconteciam entre as tribos, cidadãos comuns e forças do governo. A Líbia se tornou um estado falido, e, em 2013, ainda era um caos, que continuou a ameaçar a Região.

Por fim, o exemplo da Líbia mostra que a desmoralização do Ocidente era inevitável. A partir do momento em que os islâmicos começaram a visualizar as reais intenções ocidentais de, por meio de um movimento civilizacional, tentar convencer a Civilização Islâmica a absorver seus valores, o choque civilizacional ganhou intensidade. De fato, a simples realidade vivida pelo povo líbio por ocasião desta Guerra, que foi de fácil conhecimento por outros povos da Região, compromete as intenções ocidentais.

Entre os elementos desse longo choque intercivilizacional, estiveram presentes a intenção do Ocidente em dividir o Islã para melhor dominá-lo, e a resposta islâmica pelo seu ressurgimento cultural e de ataques físicos. Dentro do choque intracivilizacional no Islamismo, foram as tribos líbias e alguns estados muçulmanos próximos, também com divergências culturais, os protagonistas das interações com a Líbia.

4.4 As disputas econômicas e a questão do petróleo líbio

De acordo com Bandeira (2014), logo após a morte de Gaddafi e a suspensão da Zona de Exclusão Aérea, as potências ocidentais adentraram na Líbia para implementar a desejada troca de regime e a liberação da economia para recebimento de investimentos provenientes de suas empresas.

Ainda segundo Bandeira (2014), das atividades econômicas em voga na Líbia, as da Indústria do Petróleo e Gás certamente são as de maior destaque, e foi com bastante prioridade que as potências ocidentais olharam para as oportunidades nesta área. As

empresas petrolíferas do Ocidente, principalmente Reino Unido, França e Estados Unidos da América intencionaram chegar na Líbia, para fazer negócios, o mais rápido possível, quando da suspensão das sanções, e assim o fizeram. Novas oportunidades surgiram para essas empresas. Dessa forma, as empresas de petróleo das potências ocidentais ganharam os principais contratos de exploração concedidos pelo novo Governo Líbio. Em 2012, a produção petrolífera na Líbia já havia retornado à níveis de antes da Primavera Árabe.

Existiam grandes oportunidades de negócio em várias outras áreas. Companhias ocidentais de infraestrutura, construção e seguro também participaram das tratativas e começaram a operar na Líbia, que precisava reconstruir muito do que havia sido destruído. Bancos, pontes, estradas, hospitais, complexos residenciais, escolas, clínicas, eram algumas das construções que a sociedade líbia precisava recuperar, e o pagamento seria com petróleo.

Neste item do Trabalho, esteve presente o componente econômico do choque de civilizações, conforme visto na Teoria de Huntington. As desavenças na área econômica, causadoras de conflitos entre civilizações, que se iniciaram quando da subida de Gaddafi ao poder, e que tiveram surtos de entendimento mútuos entre as partes nos anos 2000, terminaram, a partir de 2011, com o capital ocidental atuando de forma definitiva nas reservas petrolíferas e outras áreas econômicas da Líbia.

4.5 Considerações Parciais

Estiveram presentes neste capítulo importantes elementos do choque de civilizações, segundo a Teoria de Huntington. Primeiro, os choques intracivilizacionais, no íntimo da Civilização Islâmica, devido a divergências de interpretação cultural e religiosa, que atingiram seu ápice de brutalidade com a morte de Gaddafi e o massacre de civis. Segundo, os choques intercivilizacionais entre o Ocidente e o Islã, por meio das interações dos principais

estados ocidentais para impor seus valores culturais, e as respostas islâmicas, através dos seus movimentos de Indigenização e reislamização cultural, que atingiram sua maior intensidade com o terrorismo. Por fim, em terceiro, o componente econômico do choque de civilizações, onde os desacordos entre os lados intensificaram os ânimos e foi fator chave para a derrota da Civilização Islâmica no choque que ocorreu com a Civilização Ocidental na Líbia.

Sendo assim, após apresentados os elementos dos choques civilizacionais no desfecho da Primavera Árabe na Líbia, existem agora conhecimentos teórico e históricos suficientes para se proceder às considerações finais do Trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na introdução, após apresentados os fatores geográficos, históricos, culturais e políticos da Líbia, com a descrição resumida de alguns aspectos mais relevantes, partimos para o propósito do Trabalho que foi definido como identificar os pontos comuns entre os eventos geopolíticos ocorridos na Líbia em 2011, e a Teoria do Choque de Civilizações de Samuel P. Huntington.

No capítulo seguinte, de modo a dar início à análise do Tema em questão, foram exibidos aspectos detalhados da Teoria do Choque de Civilizações de Huntington, para servir de base de comparação com os fatos históricos a serem estudados. Ainda neste capítulo, seguiu-se o exame da Geopolítica da Líbia, tendo sido trabalhadas suas bases históricas tribais e islâmicas, o perfil de seu Líder Muammar Gaddafi e a relação com o Ocidente e a população, e sua importância geopolítica, principalmente por meio da capacidade petrolífera.

No terceiro capítulo, ao ser dada continuidade à comparação da Teoria com a realidade dos fatos históricos, foi investigado o contexto geopolítico mundial onde a Líbia estava inserida, pormenorizando-se o papel das mídias sociais, o comportamento e as atitudes do Ocidente, a relevância das ferramentas do Direito Internacional e a Intervenção da OTAN.

No quarto capítulo, continuando a comparação, foi pesquisado o desfecho da Primavera Árabe na Líbia, tendo sido detalhadas a Guerra Civil, a derrubada de Gaddafi, as heranças políticas e sociais e as disputas econômicas ocorridas após a Guerra pelo petróleo e por outros setores da economia.

Da Teoria do Choque de Civilizações, a consideração final é que os conflitos futuros serão principalmente civilizacionais, com motivações, notadamente, nas questões humanitárias, posicionamentos políticos, culturais e religiosos, atividades econômicas e

exploração dos recursos naturais.

Das comparações da Teoria com a realidade, foram encontrados dois conjuntos de aspectos teóricos principais inseridos nos fatos históricos observados na Líbia. Primeiramente, o Choque Intercivilizacional entre as Civilizações Ocidental e Islâmica, onde a primeira, em defesa do Universalismo com motivações humanitárias, tentou impor seus valores culturais se valendo de sua posição hegemônica, e a segunda, em resposta, através dos seus movimentos de Indigenização e reislamização cultural reforçados por suas características tribais e religiosas, rejeitou a ofensiva ocidental. Este Choque foi ainda sustentado e intensificado por outros aspectos da Teoria, que são o componente econômico como causador de conflitos, a participação da mídia como influenciadora e o uso do poder político no Direito Internacional para atingimento dos objetivos civilizacionais. Em segundo lugar, o Choque Intracivilizacional no íntimo da Civilização Islâmica, onde, devido a divergências de interpretação cultural e religiosa da mesma tradição, povos irmãos se atacaram mutuamente, com base em suas uniões políticas e tribais.

Sendo assim, o Choque Civilizacional entre o Ocidente e o Islã esteve presente nos eventos relacionados à Primavera Árabe na Líbia, e o propósito do Trabalho foi atingido, uma vez que foram conhecidos os elementos envolvidos da Teoria Civilizacional de Huntington.

Para trabalhos futuros a sugestão é aplicar a Teoria do Choque de Civilizações de Huntington no estudo dos 20 anos de operação dos Estados Unidos da América e seus aliados no Afeganistão, e o retorno do Talibã ao poder, em agosto de 2021, após a rápida retirada dos norte-americanos.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A Segunda Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 157-159, 233, 235, 238, 244, 251-252, 265, 271-282, 287-294, 297-300, 309-320, 341-344, 349-365, 372, 386, 390, 413, 448, 456-457, 593-594.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas*. 8. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 255 p.

HUNTINGTON, Samuel P. *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. São Paulo: Objetiva, 1997. p. 18-19, 21, 29, 46-47, 50-54, 59, 61-63, 69, 78-79, 93, 98, 113-115, 124-126, 135, 141-144, 148-149, 159, 166, 219, 222, 228-231, 264-265, 271-273, 303, 348-349.

ANEXOS

ANEXO A



FIGURA 1 – Mapa da Região da Cirenaica, no Norte da África.

Fonte: *Wikipédia*. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Cirenaica#/media/Ficheiro:WesternDesertBattle_Area1941_en.svg. Acesso em: 31 jul. 2022.